Associação dos Advogados de Macau

澳 門 律 師 公 會

通告 AVISO

考試時間為 3 個小時 。

A prova **terá a duração de 3 (três) horas, improrrogáveis**.

在考試期間內,閣下的流動電話必須關閉。

Durante a realização da prova os **telemóveis devem estar desligados**.

作答內容若編排過於不規範會影響改卷工作。

A má organização da exposição das matérias prejudicará a correcção do exame.

字跡模糊不清同樣會影響到改卷工作。

A má caligrafia ou ilegibilidade da mesma prejudicará a correcção do exame.

作答若不清晰不計入考試分數。

Respostas que sejam ilegíveis não contarão para a classificação do respectivo exame.

預祝考試成功 Boa sorte a todos!

Associação dos Advogados de Macau
澳 門 律 師 公 會

Associação dos Advogados de Macau

EXAME DE ADMISSÃO AO CURSO DE ESTÁGIO DE 2017

Prova Escrita

16 de Dezembro de 2017

Processo Penal e Direito Penal
(5 valores)

Caso Prático

O Sr. Lok foi detido fora do supermercado Parkin'Shop por um segurança. Era suspeito de ter furtado uma máquina de café no valor de MOP2,500. O segurança tinha sido alertado pelo Sr. Fok para o furto. A polícia chegou ao local e levou o Sr. Lok para a esquadra.

O Sr. Fok prestou o seu depoimento e confirmou o que dissera ao segurança e reconheceu o Sr. Lok como o autor do furto. O Sr. Lok negou os factos.

O agente da polícia lavrou auto de notícia da ocorrência, registou os depoimentos, indicou que a máquina de café não foi encontrada e comunicou ao Ministério Público a detenção e não ter sido ainda apresentada queixa.

O agente da polícia recebeu instruções para apresentar o detido no Ministério Público no dia seguinte para ser submetido a interrogatório e medida de coacção.

No dia seguinte, o magistrado do Ministério Público, depois de interrogar Sr. Lok, que negou outra vez os factos, decidiu instaurar inquérito e promover a prisão preventiva do Sr. Lok. Fundamentou a sua decisão no perigo de continuação da actividade criminosa, por estarem em curso contra o Sr. Lok cinco processos de inquérito por furto em supermercados.

Questões

a) A detenção pelo segurança foi legal? **(1 valor)**

b) A detenção pela polícia foi legal e podia manter-se até ao dia seguinte, conforme instruções do Ministério Público? **(1 valor)**

c) A medida de coacção (prisão preventiva) aplicada ao Sr. Lok foi legal?**(1valor)**

d) Distinga dolo de negligência. **(1 valor)**

e) Defina e dê um exemplo de crime simples e crime complexo. (1 valor)

Direito Civil e Direito Processual Civil
(5 valores)

A)

A, um mecenas conhecido de Macau, emprestou a B, jovem promessa da música pop, MOP1.000.000,00 (um milhão de patacas) para frequentar um curso de canto profissional. O empréstimo só foi possível graças à intermediação de Q, padrinho de B. A exigiu que o contrato de empréstimo fosse celebrado por escrito e que a sociedade XPTO, Lda., bem como os seus sócios Q e R dele constassem como co-fiadores. A sociedade XPTO seria responsável por 100% do crédito enquanto que Q e R seriam responsáveis por 50% do crédito, cada um.

B comprometeu-se a pagar juros mensais à taxa anual de 28%.

B só pagou juros nos primeiros 5 meses tendo cessado todos os pagamentos subsequentes.

C, mulher de B, informou A que à data da assinatura do contrato, B só tinha 17 anos.

B contactou A para o informar que não tem capacidade financeira para reembolsar o empréstimo.

É um facto notório que a sociedade XPTO, Lda. está falida.

1) Elabore fundamentadamente se o contrato celebrado entre A e B é válido e quais as consequências daí decorrentes? **(1 valor)**
2) Caso A pretenda ir a tribunal, que tipo de acção e contra quem deve a mesma ser intentada? **(1 valor)**
3) Suponha que R reembolsou a totalidade do empréstimo a A. Explique o que aconselharia R a fazer e indique a respectiva base legal. **(1 valor)**

B)

Entretanto D deu de arrendamento, a 1 de Setembro de 2017, uma fracção autónoma à sociedade XPTO pelo período de 2 anos, tendo estipulado uma renda mensal de MOP200.000,00. A arrendatária pretende cessar o arrendamento no dia 31 de Dezembro de 2017, alegando problemas financeiros. **(1 valor)**

D pretende saber se a sociedade XPTO pode fazer cessar antecipadamente o arrendamento e quais os seus direitos. **(1 valor)**

C)

O que distingue a caducidade da prescrição? **(1 valor)**

Direito Administrativo e Lei Básica

(5 valores)

O Sr. Chan Sio Meng, cidadão de Hong Kong, trabalha desde o ano 2009 numa Companhia de Macau, como Gerente Administrativo Superior. Nessa altura, foi requerida ao IPIM autorização para residência temporária na RAEM, estando reunidos os requisitos exigidos, o IPIM, em 2 de Setembro de 2010, nos termos do artigo 1º, número 3, do Regulamento Administrativo nº 3/2005, concedeu-lhe autorização para residência temporária em Macau.

Posteriormente, o Sr. Chan Sio Meng, em 15 de Novembro de 2010 obteve o Bilhete de Identidade de Residente Não Permanente da RAEM, e, foi-lhe renovada a autorização para residência temporárira por várias vezes, tendo-lhe na última renovação de 28 de Junho de 2016, sido concedido autorização para residência temporária até 2 de Setembro de 2019.

Aos 01 de Agosto de 2016, a Companhia de Macau alterou o cargo do Sr. Chan Sio Meng para Gerente Administrativo, mantendo-se inalteradas as remanescentes condições do contrato de trabalho celebrado, tendo o facto sido comunicado ao IPIM.

Posteriormente, o Sr. Chan Sio Meng aos 12 de Outubro de 2016 recebeu a carta registada, onde constava a notificação do ofício nº 10001/GJFR/2016do IPIM, assinado pelo presidente substituto, informando-lhe que foi cancelada a residência temporária na RAEM: <<notificação 1>>

<notificação 1>

Exmº Senhor:

Comunico por este meio a V. Exª que, o Secretário para a Economia e Finanças exarou, por despacho de 15-09-2016, no uso das competências delegadas pelo Chefe do Executivo, nos termos do artigo 18º do Regulamento Administrativo nº 3/2005, em virtude da alteração do cargo do requerente para Gerente Administrativo ocorrida em 01-08-2016, uma vez que o mesmo não mantém a situação juridicamente relevante que fundamentou a concessão dessa autorização para residência temporária, pelo que é cancelada a autorização concedida a Chan Sio Meng, de residência temporária na RAEM até 02-09-2019.

Com os melhores cumprimentos.

O Presidente substituto do IPIM
(assinatura)

Posteriormente, o Sr. Chan Sio Meng, aos 22 de Novembro de 2016 aquando da vinda de Hong Kong a Macau, foi-lhe informado pelos Serviços de Migração, o seguinte: <<notificação 2>>

<notificação 2>

Comunico por este meio que, o Sr. Chan Sio Meng, portador do Bilhete de Identidade de Residente Permanente de Hong Kong com o nº X123456(7), de acordo com o ofício nº 10001/GJFR/2016 do IPIM, por despacho de 15-09-2016 o Secretário para a Economia e Finanças no uso das competências delegadas pelo Chefe do Executivo, cancelou a residência temporária de Chan Sio Meng na RAEM, recolhendo o seu Bilhete de Identidade de Residente Não Permanente da RAEM, emitido com o número 1234567(8).

Pelo Chefe de Departamento dos Serviços de Migração
Comissariado do Posto Fronteiriço do Porto Exterior
Notificado pelo Subchefe
(Assinatura)

Declaração de recepção da notificação e do perfeito conhecimento do teor da notificação
(Assinatura do Sr. Chan Sio Meng)
22-11-2016

A. Perguntas:
   1. Analise a eficácia das notificações 1 e 2. (1 valor)
   2. As notificações 1 e 2 carecem de fundamentação exigida nos termos do <<Código do Procedimento Administrativo>>? Indique os vícios encontrados nas referidas notificações. (1 valor)
   3. Quais as formas de impugnação que o interessado tem direito em relação ao teor das notificações 1 e 2, indicando os respectivos prazos e entidades recorridas. (Indique as disposições legais) (1.5 valores)

B. Comente sucintamente sobre dois princípios que os órgãos administrativos devem observar, e a importância deles. (Indique as disposições legais) (0.5 valor)

C. Comente sucintamente sobre o poder executivo Governo da RAEM na circunscrição administrativa da RAEM, no contexto da Lei Básica de Macau. (Indique as disposições legais) (1 valor)

Direito comercial

(5 valores)

I

O Sr. Yeung constituiu, em 2010, a Sociedade de Tecnologias Futuras, com o objecto social de prestação de serviços de desenvolvimento de software e vendas de produtos electrónicos, tendo a empresa obtido bons resultados. Em 2013, o Sr. Yeung e a sua família decidiram emigrar para o estrangeiro, mas não queria dissolver a Sociedade de Tecnologias Futuras, entretanto, o seu trabalhador Sr. Chan pretende continuar a explorar a sociedade, assim, o Sr. Yeung decidiu dar de locação a Sociedade de Tecnologias Futuras ao Sr. Chan, tendo os dois assinado um contrato de locação de empresa comercial pelo prazo de cinco anos. Em 2014, o Sr. Chan, devido à má gestão, e para manter o bom funcionamento da sociedade, deu de penhor a empresa ao seu amigo, o Sr. Lee, e em troca, este emprestou-lhe quinhentos mil Hong Kong Dólares (HKD500,000.00), tendo sido acordado pagar a totalidade da dívida e juros após um ano. O Sr. Chan, como não foi capaz de pagar a dívida, decidiu suspender a exploração da Sociedade de Tecnologias Futuras e aceitou trabalhar para a Sra. Cheung na Sociedade de Tecnologias Depois de Amanhã, a qual também exerce actividade de desenvolvimento de software.

1) Um ano depois, a dívida venceu-se, e o Sr. Lee exige o pagamento da dívida ao Sr. Yeung. O Sr. Yeung está ou não obrigado a assumir a dívida, e quais os fundamentos? **(1 valor)**

2) Distingue os direitos que o Sr. Yeung pode exercer em relação a cada um dos actos do Sr. Chan **(1,5 valores)**

II

As partes A, B e C estão interessados em constituir uma Sociedade Financeira Seng Ngail, Limitada em Macau. Diga sucintamente quais os procedimentos necessários quais os documentos que devam ser celebrados na constituição de uma sociedade. **(1 valor)**

III

Os Senhores Cheng, Lai e Wong, são sócios da Sociedade de Consultadoria Esplendor Limitada, tendo a sociedade um capital social registado de cinquenta mil patacas (MOP50,000.00), na qual detêm os Senhores Lai e Cheng uma quota de MOP20,000.00, cada um, e o Senhor Wong uma quota de MOP10,000.00. A administração da sociedade é composta pelos Senhores Cheng, Lai e Wong, sendo Presidente o Senhor Cheng e Administradores o Senhores Lai e Wong. Devido à dívida contraída pelo Senhor Cheng junto do Senhor Lai, o Senhor Cheng pede, em seu nome, um empréstimo bancário de um milhão de Hong Kong Dólares (HKD1,000,000.00) ao banco ABC e pretende emitir, em nome da sociedade, uma declaração de empréstimo ao banco ABC como garantia. Os Senhores Cheng e Lai assinaram conjuntamente uma acta da Assembleia Geral dando poderes ao Senhor Cheng, como presidente da administração, para assinar a referida declaração. Suponha que é advogado do banco ABC e a sua opinião é pedida. Quais são os fundamentos jurídicos da sua resposta? **(0,5 valores)**

O Senhor Cheng, ao mesmo tempo, pretende transferir uma limousine que possuía para a Sociedade de Consultadoria Esplendor Limitada, a fim de obter fundos para pagar a sua dívida, deverá a sociedade aceitar a cessão dessa viatura? Quais são as formalidades legais? **(1 valor)**